

ÁGUA E CONFLITO: O MOVIMENTO DO(A)S ATINGIDO(A)S E A BARRAGEM OITICICA EM JUCURUTU/RN (2012-2014)

Maria Célia da Silva

Graduada em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Campus de Assú – CAWSL

mariacelia90@yahoo.com.br

Jovelina Silva Santos

Profa. Ma. Departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Campus de Assú - CAWSL

jovelinassantos@gmail.com

Artigo recebido 03/04/17 e aceito em 30/09/17

Resumo

O presente artigo busca problematizar as formas de luta e resistência de famílias residentes na Comunidade Barra de Santana e demais agricultores circunvizinhos que são afetados diretamente com a construção da Barragem Oiticica no município de Jucurutu/RN. A obra teve seu canteiro instalado em 2013, com bacia hidráulica abrangendo áreas de outros municípios. Analisando as violações de direito, a insegurança e incerteza dos atingidos e atingidas frente a construção do reservatório, enfoco as ações da população que através de formas diversas buscam meios para reivindicar seus direitos perante os órgãos governamentais. A pesquisa foi realizada durante a construção do empreendimento, que até o momento continua em andamento. Buscamos analisar a luta dos Atingidos e Atingidas pela Barragem Oiticica, que ao perceber, por um lado o avanço na obra física, e por outro, o estancamento ou ausência de projetos sociais direcionados ao atendimento das demandas dos atingidos e atingidas, articularam as mais diversas estratégias para o fortalecimento de suas lutas.

Palavras-chave: Barragem Oiticica. Atingidos e atingidas. Lutas e resistências.

WATER AND CONFLICTS: THE MOVIMENT OF AFFECTED AND THE OITICICA DAM IN JUCURUTU/RN (2012-2014)

Abstract

This article seeks to problematize the forms of struggle and resistance of families living in the Barra de Santana Community and other surrounding farmers who are directly affected by the construction of the Oiticica Dam in the municipality of Jucurutu/RN. The work had its construction site installed in 2013, with a hydraulic basin covering areas of other municipalities. Analyzing the violations of law, the insecurity and uncertainty of those affected and affected in the construction of the reservoir, I focus the actions of the population that through diverse forms seek means to claim their rights before the governmental organs. The research was carried out during the construction of the project, which is still ongoing. We seek to analyze the struggle of the Affected and Affected by the Oiticica Dam, which, when perceiving, on the one hand, the advance in the physical work, and on the other, the stagnation or

absence of social projects directed to the fulfillment of the demands of the affected and affected, articulated the most diverse Strategies for strengthening their struggles.

Keywords: Oiticica dam; Affected; Fights and resistances.

AGUA Y CONFLICTO: EL MOVIMIENTO DEL(A)S AFECTADO(A)S Y LA PRESA OITICICA EN JUCURUTU/RN (2012-2014)

Resumem

Este artículo busca discutir las formas de lucha y resistencia de las familias que residen en la Comunidad de Barra de Santana y otros agricultores de los alrededores que están directamente afectadas por la construcción de la presa en el municipio de Oiticica Jucurutu/RN. El trabajo tuvo su sitio en 2013 instala con cuenca hidráulica que cubre las áreas de otros municipios. El análisis de las violaciones de la ley, la inseguridad y la incertidumbre de golpe y golpear hacia adelante la construcción del embalse, nos centramos en las acciones de la población a través de diversas formas buscan maneras de reclamar sus derechos ante los organismos gubernamentales. La encuesta se llevó a cabo durante la construcción del proyecto, que continúa hasta la fecha. Analizamos la lucha de las víctimas y afectados por la presa Oiticica, que a ver, por un lado, el progreso en el trabajo físico, y por el otro, el estancamiento o la falta de proyectos sociales destinados a satisfacer las demandas de los afectados y afligidos, articuló la más diversa estrategias para el fortalecimiento de sus luchas.

Palabras clave: Presa Oiticica. Conseguido y alcanzado. Luchas y resistencia.

INTRODUÇÃO

O projeto inicial para a construção do açude Oiticica data da década de 1950, sendo que o IV Plano Diretor da Sudene previa para o ano de 1971, a conclusão da obra¹. Em fins da década de 1970 o Projeto Baixo Açú, cuja primeira etapa estabelecia a edificação da barragem Armando Ribeiro Gonçalves em outro trecho do Rio Piranhas Açú, sepultou temporariamente a obra. Passado mais de meio século o projeto da Barragem Oiticica foi retomado com vigor². Os silêncios sobre as razões para o aborto da barragem também se fizeram presentes no momento de retomada do projeto. Como se tornou prática comum aos projetos hídricos implantados de cima para baixo no semiárido, a população de Jucurutu, São Fernando e Jardim de Piranhas não foi convidada a debater o Projeto da Barragem para entender os motivos de sua construção e apresentar suas preocupações e queixas. Uma vez mais, o velho e surrado discurso da necessidade se impôs com força de lei. As estiagens dos últimos anos forneceram um bom panorama ambiental e social no qual se ancora destemido o discurso da necessidade hídrica.

A presente pesquisa tem o propósito de analisar como a população atingida apresenta suas reivindicações, de que modo organiza sua luta e por meios de quais instrumentos busca estabelecer o diálogo com as instâncias do Estado que elaboram projetos hídricos laureados pela perspectiva de redenção econômica e social, sem qualquer interesse em democratizar o

¹ ARANHA, Terezinha de Queiroz (Org.). Sesquicentenário da cidade do Assu. 1845 – 1995. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1995. Coleção Vale do Assu, 12, 270 p.

² De acordo com os documentos analisados a barragem apresenta sua bacia Hidrográfica localizada entre os municípios de Jucurutu, São Fernando e Jardim de Piranhas na região do Seridó do RN, com capacidade para acumular 556.258.050 milhões de metros cúbicos d'água. Nos documentos supra a construção da Barragem Oiticica beneficiará 17 municípios das regiões Seridó e Vale do Açú no Estado do Rio Grande do Norte.

debate acerca destes projetos. Com essa lógica arbitrária, ficam eclipsados os questionamentos feitos pela população atingida, ambientalistas e pesquisadores sobre esses reservatórios em relação aos impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos, notadamente no que se refere aos sujeitos sociais que são diretamente expropriados e expulsos pela obra. A pesquisa, ao construir a cartografia dessas lutas, apanha os gritos e lutas que foram articulados pelos agricultores e moradores da comunidade de Barra de Santana, núcleo urbano que será diretamente atingido pelas águas da barragem e que, no futuro, ficará completamente submerso.

Desde o decreto de desapropriação da área, a Comunidade de Barra de Santana vem se organizando e articulando suas lutas em defesa da garantia de seus direitos: novo território para a relocação das famílias da referida comunidade, indenizações, construção de novo cemitério com traslado de todos os corpos, implantação de projeto habitacional que garanta moradia para inquilinos que moram na atual comunidade e agrovilas para os trabalhadores sem terras que serão atingidos pela bacia hidráulica da barragem, pois como trabalham na condição de arrendatários, meeiros ou terceiros, não receberão qualquer indenização.

Essas lutas foram tomando corpo especificamente a partir do ano de 2013, quando acontece a assinatura do termo para ordem de serviço no Governo da Presidente Dilma Roussef, dando início a construção do reservatório. No início de 2014, as lutas dos atingidos e atingidas se torna mais intensa quando os agricultores percebem o avanço na obra física e o congelamento da obra social, interpretado por eles como omissão dos órgãos governamentais que deixaram de priorizar as questões relacionadas às indenizações dos proprietários de terras, como também a construção da nova comunidade.

As lutas e mobilizações sociais desses sujeitos se transformam em objeto de pesquisa, donde buscamos examinar quais as demandas imediatas e as de médio prazo; de que modo se articulavam e que estratégias elaboravam; como e com quais organizações, sujeitos ou entidades variadas mantinham diálogos e contatos. É importante ressaltar que o desencadeamento das lutas dos atingidos e atingidas pela Barragem Oiticica ocorreu num dado momento em que estes percebem a necessidade de recrudescer, pois a obra física se encontrava em pleno andamento, enquanto as dívidas sociais contraídas com a população atingida se encontravam engavetadas, sem data prevista para pagamento.

Quero tratar rapidamente do lugar social do pesquisador, pois sei os significados, dilemas e dificuldades que se apresentaram ao longo desse trabalho tendo em vista que, como moradora da Comunidade de Barra de Santana, integro o segmento dos/as atingidos/as pela barragem, partilhei as dores e também estive presente na tessitura das lutas que busco apreender e apresentar por meio de uma produção historiográfica filiada ao tempo presente, correndo riscos vários em face de um processo ainda inconcluso, com desdobramentos que ainda estão por vir, com o trem seguindo nos trilhos, uma rota ainda não traçada. Assumindo os riscos, enveredei na pesquisa elegendo entre as principais fontes, as entrevistas realizadas com os atingidos e atingidas, atas de reuniões e outros documentos referentes aos movimentos ocorridos no canteiro de obras da Barragem Oiticica no ano de 2014, bem como notícias veiculadas no Jornal “A Ordem” e Jornal SEAPAC.

SAINDO DO MAPA: BARRA DE SANTANA NA ROTA DA BARRAGEM

De acordo com a publicação do 1º comunicado³, a construção da Barragem Oiticica abrangerá uma área de 6.000ha, alagando a comunidade Barra de Santana, cemitério, um pequeno povoado de Carnaúba Torta, sítios e fazendas entre os municípios de Jardim de Piranhas, São Fernando e Jucurutu. O recorte espacial da pesquisa é a Comunidade Barra de Santana, que apresenta uma economia local centrada na agricultura, pecuária, pequeno comércio e outros serviços. A construção do reservatório provocou desde o início de sua publicidade intensos debates na região do Seridó, sendo que o principal conteúdo desses debates incide sobre a importância de tal empreendimento para o Rio Grande do Norte, como uma solução para amenizar problemas com a seca na região do Seridó, contribuindo para a redenção hídrica da região, como destacou a governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini, em novembro de 2013, quando visitou as obras da Barragem Oiticica:

Ver a construção da Barragem de Oiticica sair do papel é um sonho que está se concretizando. É um compromisso que eu tinha com o Seridó quando dizia que se fosse Governadora faríamos acontecer essa importante obra. O reservatório será a redenção hídrica para os cidadãos dessa região, que terão segurança hídrica, oportunidades de irrigação e um alento para que o homem do campo, assim como o povo da região, possa conviver com a seca⁴.

Analisando o teor do discurso da governante atentamos para o fato de que a barragem aparece como “sonho” dos cidadãos da região, contudo, fica evidente em outro discurso que a retomada da barragem responde a necessidade de construir uma rede complexa para interligação de bacias que, no futuro, receberão as águas da transposição do Rio São Francisco, conforme podemos perceber na fala do senhor Leonardo Rêgo que assim se pronunciou durante a solenidade de assinatura para o termo de construção da Barragem: “Oiticica também vai integrar o complexo de obras do Programa de Integração do São Francisco, ajudando a desenvolver a economia de toda região Seridó”⁵.

Ainda em torno da questão apresentada acima, o 2º comunicado⁶ destaca: “A barragem Oiticica não é apenas uma obra de construção de um grande açude. É, principalmente, um empreendimento destinado a realizar o sonho de redenção econômica da região do Seridó”. Observando atentamente como os documento e discursos oficiais conseguimos visualizar que existem dois endereços políticos e sociais para os objetivos da obra e que os mesmos se apresentam em formatos diferenciados. Há o que se dirige a região do Seridó, a sua população, ao aspecto que é mais palpável: a crise hídrica. O outro apresenta a espinha dorsal que sustenta o projeto, qual seja, os interesses externos ligados aos grupos econômicos que tem interesse em apropriar-se do território para estabelecer uma agricultura moderna nos moldes da que foi proporcionada pela barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Vê-se, pois que a obra não se restringe as demandas localizadas na região, vinculando-se a projetos mais amplos como é o caso da transposição. Contudo, para as comunidades atingidas, os discursos são direcionados na perspectiva de ganhar a adesão de todos como se fosse um “sonho” partilhado pela

³ Panfleto destinado aos cidadãos de Jucurutu, São Fernando e Jardim de Piranhas - Governo do Estado do Rio Grande do Norte- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos SEMARH, Projeto Barragem Oiticica, KL ENGENHARIA.

⁴ Rosalba foi a Jucurutu fiscalizar obra da Barragem Oiticica - Disponível em www.robsonpires.com. Acesso em 12/ 11/2013.

⁵ Governo do RN assina termo para construção da Barragem de Oiticica-Disponível em: G1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia. Acesso em 14/02/2014.

⁶ Panfleto - A Barragem Oiticica intensifica o trabalho social - Governo do Estado do Rio Grande do Norte-Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH, KL ENGENHARIA.

coletividade. Ocorre que as pessoas atingidas compreendem que a opacidade da questão se relaciona ao viés autoritário do projeto que se materializa na ausência de esclarecimentos para a população em geral acerca dos objetivos da obra, na negligência em solucionar os dilemas vivenciados pelas famílias localizadas na área de desapropriação e no total desrespeito com os agricultores locais que, além de perderem importantes vínculos de sociabilidade, serão expropriados de seu território e computarão prejuízos de cunho diverso. Vejamos como se manifesta o senhor Francisco Neto:

Sobre o pessoal da Zona Rural que tem uma vaca, duas vaca, quem tem suas léguas de terra e vive do banco, o banco não tá liberando nada, como é que essas pessoas vão conseguir viver, esperando pela uma indenização dessa, ou o Governo chama o banco e diz, olhe as pessoas que tem servidão administrativa vai ter que fazer empréstimo no Banco, porque se não acontecer isso nós não vamo abrir mão de jeito nenhum pra essa obra continuar não⁷.

Há severas dúvidas acerca da efetivação de projetos de mitigação dos danos sociais para as populações diretamente atingidas. Desse modo, embora conste na pauta de reivindicações as agrovilas destinadas aos camponeses sem terra e desterritorializados da região donde será construída a barragem, sairão do papel? Diante do avanço físico da obra, a população encontra formas de resistência em articular lutas que garantam seus direitos, construindo ações políticas que redirecione o projeto a fim de assegurar-lhes direitos que foram negados e se encontravam ausentes na proposta. Se por um lado a obra encontra defensores entre os diversos segmentos sociais, por outro lado tem sido sentida como violência pela maioria da população atingida, embora não haja por parte dessa mesma população uma negação explícita ao seu projeto. Essa é uma questão das mais delicadas e exigem um mergulho profundo nos fios e teias da trama histórica. É relevante salientar que registra-se nos documentos oficiais um total de 176 famílias sem-terra e que serão expulsas da área. Que políticas serão implementadas, uma vez que não constam no projeto propostas para essas famílias? A questão social que transpassa os projetos hídricos – sejam quais forem seus objetivos, é de complexidade profunda, depreendendo-se que “A reação das populações rurais atingidas por esses projetos permitiu, em outros aspectos, o reconhecimento de que a instalação de hidrelétricas resulta em uma problemática extremamente complexa, que longe está de se esgotar em sua fase técnico-econômico” (FERNANDES; MEDEIROS; PAULILO. 2009, p.265)

A atuação dos atingidos e atingidas com a construção da Barragem Oiticica apresenta em muitos aspectos uma problemática que se destaca em muitos empreendimentos como esse, que é tornar visível a necessidade de se priorizar os direitos dos atingidos que se localizam na área de implantação do reservatório. Apresentando para além da face redentora da obra, a população da comunidade Barra de Santana e dos sítios circunvizinhos, articulam-se e ganham visibilidade. A poeira dos discursos de apologia a obra não é suficiente para construir uma cortina não é capaz de obscurecer os problemas que ela traz em seu bojo. Em meio a construção da obra, os atingidos e atingidas vão conseguindo que gestores estaduais e municipais priorizem

⁷ Reunião na Igreja Nossa Senhora Santana, comunidade Barra de Santana, dia 04 de fevereiro de 2015, na ocasião discutia-se sobre a terceira paralisação da obra a partir de uma ação dos atingidos e atingidas pela barragem Oiticica.

os procedimentos para as indenizações e construção da nova comunidade. Vejamos o que consta no 1º comunicado⁸ acerca da área e da construção da “nova” Barra de Santana:

Barra de Santana será construída em uma nova localização, próxima ao açude e reproduzindo suas características originais, mas com melhores serviços públicos e total infraestrutura urbana para conforto e bem estar da população. Aos demais desapropriados serão ofertados, além de pagamento das propriedades e benfeitorias, lotes residenciais em pequenas vilas rurais, com saneamento e infraestrutura urbana.

Enquanto a obra física avança a passos largos, a população de Barra de Santana não via sair do papel a construção de seu novo espaço comunitário. Nada ocorria como estava previsto, exceto a barragem. Essa situação foi despertando entre os moradores e proprietários um sentimento de desconfiança, insegurança e medo em relação ao futuro, desencadeando ideias de luta para garantia e preservação de seus direitos. Tornou-se visível no decorrer da construção da Barragem Oiticica a insatisfação das famílias residentes na área de implantação do reservatório. Embora publicamente apresentassem não ser contra a construção da Barragem, reivindicavam justiça social, reparação de perdas, compromisso com os atingidos e atingidas, construindo no âmbito discursivo um jogo político que apresenta contradição e só pode ser interpretado observando seus meandros num plano micro.

Em meados de 2014 um terço da obra havia sido construído. A desorganização do território, a movimentação das máquinas, o barulho de bombas explodindo rochas, a poeira incômoda e o constante traçado dos caminhos exigidos pela construção aliados à insegurança social vivenciada pelos moradores da comunidade Barra de Santana e pelos circunvizinhos tensionava a situação ao extremo. Uma carta enviada à Presidenta Dilma Rouseff datada em 08 de junho de 2014, solicitava prioridade em repassar recursos para o pagamento das indenizações aos agricultores e proprietários, apresentando entre outras preocupações, a necessidade de imediatos procedimentos que atendessem aos impasses na questão social da obra. Nesta carta os moradores manifestam toda a sorte de infortúnio, desamparo e temor:

Somos obrigados a conviver entre 140 máquinas provocando poeira em nossas casas, poluição sonora, risco de acidente nas estradas das comunidades, dinamites usadas na fundação da barragem provocando rachaduras e demolição das casas e causando doenças, estresse e todo tipo de insegurança e medo nas pessoas⁹.

Outro dilema que as famílias enfrentavam se relacionava ao deslocamento entre as comunidades que estavam circunscritas à área da obra. O Jornal A Ordem, destaca que “a construção de uma parede de contenção, em um dos leitos do rio Piranhas-Açu, para que possa ser feita a fundação da parede da barragem, desviou as águas para outro leito”¹⁰, obrigando a retrair as estradas vicinais utilizadas pela população, acarretando dissabores e prejuízos aos

⁸ Panfleto destinado aos moradores de Barra de Santana e a área rural a ser inundada pela Barragem Oiticica-Governo do Estado do Rio Grande do Norte- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Recursos Hídricos- SEMARH, Departamento nacional de Obras Contra as Secas- DNOCS, Projeto de Construção da Barragem Oiticica, KL ENGENHARIA.

⁹ Carta aberta dos movimentos Sociais e das famílias atingidas pela construção da Barragem Oiticica, no território do Seridó potiguar, à Presidenta Dilma Rouseff- Pela defesa da obra física e humana da Barragem oiticica do Território do Seridó Potiguar.

¹⁰ Jornal A Ordem. Arquidiocese de Natal, a.42, n.19, Natal-RN, 18 de maio de 2014.

moradores e ao comércio local. Em entrevista ao Jornal A Ordem a moradora da comunidade de Santa Cruz, Josivânia Monteiro, desabafou em tom de queixa: “eu tenho uma queijeira e uma mercearia e me sinto prejudicada porque tenho que ir por Jardim de Piranhas para poder vender as mercadorias aqui, em Barra de Santana”.

O sentimento de insegurança e estresse emocional prevalecia entre os moradores da pequena comunidade Carnaúba Torta. Localizada na área vizinha à fundação da parede da barragem, os moradores vivem apreensivos, pois de acordo com o referido Jornal, os pedaços de pedra das explosões caem nas proximidades das casas que já apresentam rachaduras e os moradores se sentem descrentes em relação a uma nova localidade para moradia, como pondera Maria do Socorro da Silva ao Jornal, “Aqui, sobre as casas, nada foi feito. Qual é a esperança da gente? Não temos como pagar aluguel. O que ganhamos é pra comer”. O mesmo sentimento de insegurança e indignação ante a negligência e silêncio dos órgãos governamentais com os problemas enfrentados pelas comunidades, se apresenta na fala do morador Manoel Pedro da Silva: “É só reunião em cima de reunião. Perguntamos quando vamos sair e ninguém diz nada”. As comunidades atingidas sentem que estão imersos em um jogo de poder onde prevalece a tentativa de ludibriar a população atingida em relação ao que ao que foi priorizado por estas, qual seja, a parte social do projeto, que diz respeito às pessoas atingidas, suas vidas, seu espaço de viver e produzir. Os moradores da comunidade Barra de Santana, que será realocada em uma nova localidade também expressam os mesmos sentimentos de frustração e desilusão para com o governo do Estado, como afirma a moradora Maria Alexandrina da Silva:

Barra de Santana não está maior por conta dessa barragem, é um para para, a gente tem vontade de fazer um terreno, uma casa pro aluguel, tem medo, porque quando eles vierem indenizar, a gente não recebe aquele dinheiro que gastou, é, e tudo isso, aí Barra de Santana vai ficando, dar nisso mesmo¹¹.

A moradora Érika Nayara Gomes, afirmou ao Jornal A ORDEM, que “a obra está sendo construída, alguns dizem que já avançou 25%, e a certeza que temos é de que, na nossa comunidade, não foi feito nada”. O morador Francisco das Chagas Sobrinho afirma que a solução está na luta, “O jeito que tem é lutar pelo que é da gente”¹². Para Francisco Dias a barragem é uma coisa boa, mas que, “Só é preciso fazer a desapropriação das terras e até agora tudo não passou de reuniões e o povo já está cansado. Só nos resta lutar pelo direito da gente”. Esses retalhos de depoimentos pelo menos duas questões se sobressaem: o descompasso entre a obra física da barragem e a obra social e a compreensão de que o atendimento às demandas das comunidades só efetivar-se-á com a luta dos atingidos e atingidas.

A literatura que se debruça sobre a construção de barragens destaca que entre as dívidas sociais deixada pelas barragens está uma grande estatística de pessoas expulsas de suas terras e por não terem para onde ir se abrigaram em área escassa, sem moradia digna e em condições de extrema de pobreza. Esses problemas sociais se tornam mais agudos quando somados aos impactos ambientais, culturais e econômicos para a região da implantação do projeto. O discurso que lhe serve de justificativa está presente em todos os projetos de barramento: estão a serviço do progresso. As questões que se furtam são várias, entre elas a contradição flagrante:

¹¹ Entrevista com Maria Alexandrina da Silva- 78 anos, realizada dia 15- 03- 2015.

¹² Jornal A Ordem- Arquidiocese de Natal- Ano XLII- N° 19, Natal- RN, 18 de Maio de 2014

Por que os pobres a quem o progresso deveria pretender alcançar são os que pagam por seu ônus? E afinal, progresso para quem? Progresso de quê?

CONSTRUINDO A LUTA

Diante de questionamentos e pressão por parte dos agricultores que chegaram a paralisar a obra algumas vezes, o governo apresentou procedimentos para atender as famílias atingidas, com a realização de cadastros para as famílias residente na comunidade Barra de Santana e demais Sítios que serão alagados. Os moradores de Barra de Santana insistiram firmemente na construção de uma proposta com etapas claras e estipulação de prazos para a construção da nova comunidade que será realocada em um novo espaço, escolhido através de uma reunião pública, entre os moradores. Como destaca o “Boletim Informativo” n.1:

Em 23 de Dezembro de 2013 foi realizada a consulta pública para a escolha da nova localização de Barra de Santana, sede distrital em Jucurutu, que será inundada pela Barragem Oiticica. Sua população, em votação livre e democrática escolheu a localidade de Sítio Paiol como a melhor localização para reassentar o povoado que hoje conta com cerca de 245 famílias residentes.

A empresa responsável pela obra é o consórcio EIT/Encalso sob a supervisão da KL Serviços de Engenharia S/A, essa última com o objetivo de atender os procedimentos relacionado com as questões sociais, com um trabalho voltado especificamente para a população afetada, como ressalta o referido Boletim, ao tratar da atuação da equipe:

Seu trabalho inicial foi conhecer de perto a população diretamente afetada pela construção da Barragem para, em seguida, proporcionar a participação efetiva da comunidade no acompanhamento das obras e no encaminhamento das atividades relacionadas às desapropriações e reassentamentos, objetivando que sejam realizados com respeito aos direitos da população (Boletim Informativo n.1, janeiro, 2014).

Vale ressaltar que em linhas gerais os aspectos sociais não figuram como prioridade nos projetos de obras hídricas. Há um conjunto amplo de violações de direito, entre eles a invisibilidade política dos sujeitos que estão no território, de modo que “o que tem sido registrado é a ausência de preocupação com os efeitos sobre as populações locais, genericamente denominados de questões “sociais” destes projetos”. (FERNANDES; MEDEIROS; PAULILO. 2009, p.268).

No ano de 2013, com a assinatura da ordem de serviço para a construção da barragem, a Governadora Rosalba Ciarlini solicitou uma reunião com representantes da Igreja Católica, no intuito de tranquilizar os mesmos em relação aos impactos causados às comunidades atingidas. Na ocasião a governadora apresentou em síntese os significados da reunião:

A Barragem de Oiticica já começa a se transformar em realidade e a preocupação da sociedade envolve o processo das desapropriações. A reunião serviu para que pudéssemos, em conjunto, somar esforços para que todas as etapas possam ser resolvidas com a participação da comunidade para que

ninguém seja prejudicado. Pelo contrário, queremos anexar ações para que eles sejam beneficiados pelas águas tão sonhadas da Barragem de Oiticica¹³.

A participação da Igreja Católica nestas ações na região do Baixo Açu se verifica desde a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Setores da Igreja Católica e membros do alto episcopado não apenas tornam públicas suas opiniões acerca desses projetos, bem como participam das atividades protagonizadas pela população atingida. Nesse percurso, a Igreja Católica passou a ocupar um importante espaço político e social junto as comunidades e aos órgãos do Estado, razão pela qual foi sempre convidada a se fazer presente as reuniões e ações promovidas pelas comunidades. Com o passar dos dias as obras se intensificaram e a população solicitava esclarecimentos acerca das indenizações e procedimentos para construção da nova Barra de Santana. Quando esteve presente no canteiro de obras no mês de Janeiro no ano de 2014, a governadora sinalizou em discurso dirigido a toda sociedade, e em particular as comunidades que honraria os compromissos com as demandas sociais, no entanto nada foi cumprido, como destacam os moradores na Carta enviada à Presidenta Dilma Rousseff. No referido documento, os atingidos e atingidas ressaltam que “a quebra dos compromissos assumidos pelo governo do Estado fragilizou as relações entre governo e sociedade”, contudo o contingente de famílias atingidas exige a garantia da preservação de seus direitos diante da construção da Barragem Oiticica. O governo Estadual para apresentar empenho em atender às famílias atingidas firmou os seguintes compromissos: a) construir Agrovilas para os moradores sem terra que residem na área rural; b) implantar um projeto habitacional para atender 50 famílias que moram em casa de aluguel na atual comunidade; c) construir a nova comunidade e c) pagamento das indenizações, conforme deliberações na carta enviada ao governo.

Em pesquisa realizada por Canuto (2015) acerca da atividade agrícola na área afetada com a construção da Barragem de Oiticica, especificamente com recorte para a comunidade Barra de Santana, apresentou entre outros dados, os maiores problemas para as famílias residentes na referida comunidade, pontuados assim: a) abandono das terras e a casa de morada; b) burocracia para se fazer as indenizações; c) Iniciar uma nova adaptação em um local incerto; d) Incertezas quanto à futura moradia; e) problemas com a criação de animais; e f) Recomeço nos negócios¹⁴. No mesmo trabalho o autor apresenta um porcentual das famílias atingidas em cada área afetada:

1. Povoado Carnaúba Torta: 32 famílias;
2. Sítio Santana: 31 famílias;
3. Sítio Retiro: 3 famílias;
4. Sítio Cruxatú: 1 família;
5. Sítio Engenho: 1 família;
6. Sítio Solidão: 1 família;
7. Sítio Pedra Ferrada: 2 famílias;
8. Sítio Barra de oiticica: 9 famílias;

Ressalto que as estatísticas acima mencionadas se referem à área rural a ser afetada, sem considerar as 225 famílias do distrito de Barra de Santana, que serão realocadas na nova comunidade e as demais terão suas terras indenizadas. Tomando mais uma vez como suporte a pesquisa já mencionada, o autor apresenta as perspectivas dos moradores em relação à decisão

¹³ Destaque no blog: www.jarlescavalcanti.com. Acesso em julho de 2013.

¹⁴ CANUTO, 2015.

sobre a nova moradia, assim expostas: a) Ir para outra cidade e conseguir um emprego; b) Ir para outra cidade e viver somente da aposentadoria; c) Ir para qualquer outra área rural e dar continuidade a ocupação atual; d) Morar na nova comunidade Barra de Santana e trabalhar na ocupação atual e e) Ir para o novo conjunto de Agrovila.

Vale ressaltar que o futuro é algo incerto para os moradores e que aos poucos vai transformando sua maneira de ver e analisar a construção dessa barragem, tendo em vista, que os procedimentos para resolver os impasses relacionados às questões sociais dependem de um empenho por parte dos órgãos de administração pública. Portanto, para fazer valer seus direitos diante do avanço na obra física e a lentidão em relação à obra social, os atingidos e atingidas apresentam suas formas de resistência e providência à serem tomadas para viabilizar os procedimentos no que se refere à preservação de seus direitos.

O DISCURSO DA NECESSIDADE NA CONTRUÇÃO DA BARRAGEM OITICICA

A barragem para a gente
É algo especial.
Começaram a obra física,
Mas esqueceram afinal,
De uma coisa importante
Que é a obra social¹⁵.

A construção de grandes reservatórios no semiárido traz imbuído um discurso oficial que lhe é caracterizado como discurso da necessidade, quando o empreendimento é apresentado de forma a amenizar as problemáticas ocasionadas pela seca e para garantir a uma determinada região a segurança hídrica. Tal discurso se ancora na justificativa de sua necessidade, como também por contribuir para benefícios sociais e econômicos na região com tal empreendimento.

Esse discurso foi facilmente localizado nos debates em torno da construção da barragem Oiticica, e se fez presente em documentos e falas oficiais. Percebe-se que é um discurso que se impõe para população com vista a criar um sentimento de inalterabilidade e inexorabilidade, visto que sua construção se baseia na urgência e premência de políticas públicas para o enfrentamento dos distúrbios causados pelas secas, notadamente na falta d'água para o consumo humano e animal.

Percebemos que o discurso da necessidade foi sendo incorporado ao próprio Movimento dos Atingidos e Atingidas pelo empreendimento, quando encontramos nas faixas, panfletos, palavras de ordem e outros documentos do Movimento a frase: “Barragem Sim, Injustiça Não”. Vê-se que não há uma contestação explícita à construção da barragem, mas aos problemas e injustiças gestados por essa construção. O movimento arregimenta para pautar as reivindicações dos sujeitos sociais que serão expropriados e expulsos pela obra em tela. No entanto, guardando sintonia com a necessidade da construção, dizem “barragem sim”. Quando destacam “Injustiça Não”, isso pode representar certa resistência ao projeto, porém sobre outra perspectiva, com a finalidade de garantir direitos ameaçados com a construção do reservatório, cuja preservação não se encontra no Projeto de Oiticica e vai sendo constituídas a partir das lutas dos atingidos e atingidas.

¹⁵ Trecho da poesia de autoria: Augusto Carlos de Almeida, poeta e professor de Jucurutu-RN

Se apresentarmos as expectativas dos moradores e moradoras do Distrito de Barra de Santana quanto à transposição da comunidade para um novo local, tendo em vista que o distrito ficará completamente submerso, encontramos incertezas e medos relacionados à ausência de conhecimento acerca do novo lugar onde deverão se instalar. Desse fato, pode-se aferir que a comunidade não foi contemplada no projeto e não participou efetivamente das decisões que afetarão suas vidas.

É a fala da moradora Francisca Francinete de Araújo, 48 anos, que nos apresenta essa situação, tanto no que diz respeito às incertezas da comunidade quanto a posições acerca da construção da Barragem. A moradora traz imbuído em seu depoimento o discurso da necessidade como elemento justificador da obra e a crítica a sua execução, ao afirmar que “Por um lado eu sou a favor, porque vai abastecer muitas cidades e pelo o outro lado, eu sou contra porque a gente tamo sem saber pra onde vai, vai que saia essa barragem e não saia essa Barra de Santana nova, não vai ser feita”¹⁶.

Encontramos uma posição que oscila entre o favorável e o desfavorável. O discurso da necessidade ganha à adesão de grande parte da população, desde que esteja alinhado aos interesses e demandas dos expropriados, notadamente no que diz respeito à seguridade de seus direitos: terra, território, moradia, indenizações, etc. E afirma ainda, quando questionada sobre a melhoria para a população local com a construção dessa Barragem:

Eu acredito que aqui a gente vai ser beneficiada porque a gente vai ter o peixe, vai ter alguém que queira algum pedaço de terra vai vir pra cá próximo porque não vai cobrir toda, tem gente que vai ficar, ficar com acesso a criar, a plantar ainda, né? (Idem)

Entretanto, a construção da barragem desperta entre os moradores questionamentos variados em relação aos possíveis desdobramentos desse empreendimento. Enquanto uns analisam de forma positiva, outros apresentam a obra como algo controverso em relação às possíveis consequências para os atingidos e atingidas. Como analisa a moradora Maria Alexandrina, 78 anos:

Sei que pra muita gente que mora tanto de um lado como de outro desse rio é um matar, porque vem desde dos troncos velhos, como se diz, de primeiro falava assim e eu estou falando também assim, vem desde dos troncos velhos, que nasceram e se criaram trabalhando nesse rio de piranhas, tanto de um lado como de outro, plantando, matando um peixinho pra comer, lavando uma roupa. Era água que a gente procurava aqui, só se fosse uma seca muito grande, ninguém se aperriava, cavava cacimba quando ele secava e carregava água na cabeça e desse jeito se vivia. Muita gente tudo que pegou, tudo que trabalhou, muita gente já nasceram e morreram de velho aqui nesse rio como estou dizendo e tudo quanto ganharam, trabalho suado, aplicaram aí, compraram pedaço de terra, compraram isso, compraram aquilo, um gadim, uma coisa, isso não é só de quatro nem cinco ou dez ano, não, isso é, não sei nem dizer, eu nasci em 37, e esse rio não sei nem em que era, acho que desde que o mundo foi mundo, que já tinha esse rio, aí eu sei que pra o povo de fora, foi bom, pra quem tá com necessidade d'água, é bom, agora pra nós é um

¹⁶ Entrevista realizada no dia 25/04/2015.

matar, pra mim não é tanto porque só tenho minha casa, eu também não faço empenho de possuir terra, propriedade¹⁷.

Dona Alexandrina ratifica a importância do Rio Piranhas para os moradores da comunidade Barra de Santana e sítios vizinhos, afirmando que a construção do reservatório “é um matar”, para todos que reside ao lado do rio, tendo em vista a utilização de suas águas para as necessidades diárias. Onde desde “os troncos velhos”, frase utilizada pela moradora que se refere a um período de muitos anos, os residentes da área construíram sua vida com muito trabalho, onde criam seu gado, plantam e praticam a pescaria, entre outros afazeres que a mesma salienta. Diante da fala, percebe-se a insegurança que existe em relação à construção da Barragem, tendo em vista, que são diversos os questionamentos em relação ao futuro dos atingidos e atingidas. Em relação à construção da nova comunidade Dona Alexandrina faz uma comparação e analisa as dificuldades enfrentadas:

Primeiro do que tudo as casa nós não vamo encontrar como as que tem, a gente tem que fazer seja o que for, quem sabe quando é que vão botar energia, quando é que vão botar água encanada pra lá, como tem aqui, tem energia, tem água encanada, quando é que vão fazer esses prédios que tem aqui, praça que é onde o povo faz uma boca de noite, tanta coisa que tem aqui, delegacia, matadouro, ah minha nossa Senhora, posto de Saúde, e tem muita coisa aqui graça a deus, vai demorar porque pra chegar ao ponto que estamos hoje, demorou, o começo pode acontecer e vai ser se não for pior, depois se fizerem lá a Barra de Santana (entrevista realizada no dia 15/03/2015).

São questionamentos relacionados com os laços de sociabilidade, padrão de vida confortável e adaptação na nova localidade, que Dona Alexandrina refere-se ao analisar a construção da nova Barra de Santana. Dada a dificuldade vista pela mesma, no que se refere aos modos de vida presente na comunidade atingida e algo imprevisível no deslocamento para outra localidade, são questionamentos que ao mesmo tempo se propaga no entorno da região do Seridó Potiguar desde o início da construção da barragem Oiticica, no ano de 2013.

Com o propósito de apresentar a importância de se resolver os impasses relacionados à construção desse reservatório e fazer uma análise dessa Barragem, o meio de comunicação Rádio Rural AM da cidade de Caicó apresentou um debate no dia 30 de Agosto de 2013, através do programa Rural Debate, em que contou com a presença de moradores atingidos e representantes de órgãos sociais como o SEAPAC (Serviço de Apoio aos projetos Alternativos Comunitários) representado por José Procópio de Lucena, FAERN (Federação de Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte) representado por Ronaldo Diniz, o Padre Ivonof Pereira (Administrador Diocesano de Caicó), representante do Sindicato do município de Jucurutu na pessoa do senhor Josebias Soares de Araújo. Na ocasião o morador Francisco Neto de Oliveira, proprietário rural do Sítio Santa Cruz, área a ser atingida com a Barragem deixou clara sua posição em relação à construção da Barragem, afirmando que:

Eu sou contra, porque eu sou contra? Porque toda unanimidade é burra, não pode todo mundo ser a favor da Barragem, não pode, por quê? Porque a Barragem vai trazer benefícios pra uns e desastres pra outros, eu aqui vou fazer uma exclamação foi do que eu já ouvi hoje, eu sair de Barra de Santana e parou um senhor no caminho, na comunidade Carnaúba Torta e me disse o

¹⁷ Entrevista realizada no dia 15/03/2015.

seguinte, menino seu menino eu vou ser um dos primeiros prejudicados, eu digo, por quê? Ele disse por que passou um dos encarregados da Barragem e disse que ia começar a dinamitar aqueles serrote que fica bem perto daquela vila ali da Carnaúba Torta, e eu vou ser o primeiro a sair, eu digo, não, não vai ser assim não, porque vão dinamitar, vocês não foram indenizados, vocês vão pra onde, pra onde vocês vão? Vocês são pobre, só tem esse casebre aqui, vão pra onde, ele disse eu vou ser o primeiro a sair porque o encarregado da firma disse que ia começar a dinamitar, e ai, nós vamos cruzar os braços?

O Senhor Neto de Oliveira, apresenta as controvérsias presente na construção da Barragem Oiticica, referindo-se que para muitos esse empreendimento trará desastres, pois é o que causarão na vida de muitos em sua perspectiva, tendo em vista que aquele morador que possui somente sua casa pra morar não tem nenhuma certeza aonde irá se instalar, ou o pequeno proprietário que possui seu pedaço de terra onde construiu sua vida ao lado de sua família e agora se sente impaciente diante dos impasses para uma indenização justa.

A partir dos depoimentos acima podemos fazer uma análise na maneira como esse empreendimento é mostrado para muitos que desconhecem seus direitos diante de grandes obras públicas, como algo imposto diante de um discurso da necessidade na maneira como os representantes dos poderes públicos apresentam a importância da obra para a região do Seridó, e que acaba por representar na população atingida aquilo que remete a algo necessário, como afirma a Governadora Rosalba Ciarlini à época em que visitou as obras da construção da barragem Oiticica: “O reservatório será a redenção hídrica para os cidadãos dessa região, que terão segurança hídrica, oportunidades de irrigação e um alento para que o homem do campo, assim como o povo da região, possa conviver com a seca”¹⁸.

A análise dos problemas causados com a construção da Barragem Oiticica é relevante para se compreender a atuação do Estado no que se refere aos planejamentos voltados para atender a população atingida. Quando o filósofo italiano Giorgio Agamben (2004), faz uma análise das ações em um Estado de Exceção, em que apresenta o conceito de necessidade como algo fundamental em que tudo pode ser realizado contra a regra, ou seja, “a necessidade não tem lei, a necessidade não reconhece nenhuma lei, a necessidade cria sua própria lei” (p. 40), pode-se enfatizar com isso que diante da construção da Barragem Oiticica, onde o Estado, que nesse caso é um órgão baseado em uma democracia, tende a mostrar tal empreendimento como algo que remete a uma necessidade.

Contudo ainda referente ao que diz Agamben (2004), quando retifica “a teoria da necessidade não é outra coisa que uma teoria da exceção (dispensatio) em virtude da qual um caso particular escapa à obrigação da observância da lei” (p.41), sendo que, aquilo que deveria ser prioritário acaba por ser excluído como algo que não necessita de atenção. Ou seja, o discurso da necessidade ignora qualquer outro pensamento ou visão sobre a questão e, com isso, a compreensão dos segmentos sociais contrários, não é levada em conta, sendo apenas algo a ser resolvido o mais rápido possível, como destaca Sigaud (2009)¹⁹.

¹⁸ Rosalba foi a Jucurutu fiscalizar obra da Barragem Oiticica - Disponível em www.robsonpires.com. Acesso em: 12/11/2013.

¹⁹ Apud, REIS, Maria José. O movimento dos atingidos por barragens: atores, estratégias de lutas e conquistas: In: FERNANDES; MEDEIROS; PAULILO, 2009

À medida que o social não interfere na tomada de decisões, ele só pode vir a se constituir em problema, para o qual deverá ser buscada uma solução qualquer a qualquer preço, dentro do cronograma apertado das obras civis. E é exatamente porque o social ocupa essa posição subordinada que as soluções encontradas são sempre desfavoráveis à população local (p. 268).

No entanto, analisa-se que a construção de Barragens remete entre outros, problemas sociais e ambientais que passam despercebidos diante da implantação desses projetos, como destaca Rocha e Soares (s/d), que apresenta os principais impactos referentes à construção de barragens, destacando entre eles, a obrigatoriedade da remoção por parte das famílias que habita a área a ser inundada com o reservatório, ressaltando que:

Assim os atingidos pelas barragens são obrigados a desterritorializar, ou seja, são obrigados a sair de seu território e ir à busca de um novo local para recomeçar a vida, uma vez que os espaços ocupados pela população tradicional serão revestidos em reservatórios ou lagos artificiais, além da apropriação de seu entorno para diferentes atividades necessárias ao funcionamento do novo empreendimento (ROCHA; SOARES, s/d, pág. 6).

A falta de planejamento em atender as populações atingidas, também está ausente nesses projetos, como ressaltam Rocha e Soares ainda ao se referir:

À incapacidade dos projetos de instalação de barragens em atender as necessidades da população visto que os grandes projetos de barragens estão voltados para quem está distante do empreendimento, dessa maneira a população atingida pela barragem se torna excluída do processo de desenvolvimento econômico. (Idem)

Analisando os textos mencionados, podemos referenciar à fala de Dona Alexandrina, que dizia anteriormente em seu depoimento, ao estabelecer uma análise aos que irão se beneficiar com a construção da Barragem Oiticica, “pra o povo de fora, foi bom, pra quem tá com necessidade d’água, é bom”²⁰. Isso remete a uma perspectiva que existe entre os atingidos e atingidas sobre os possíveis benefícios trazidos com a construção do reservatório, mas que esses benefícios não atenderão às perspectivas dos moradores e moradoras que serão afetados.

Baseado entre outros fatores sociais ou ambientais e no que se refere ao discurso da necessidade na construção da Barragem, pode-se avaliar que, o que é necessário e o que deve ser prioritário são o atendimento junto à população atingida, salientando que os atingidos e atingidas pela construção da Barragem Oiticica recorre às estratégias para que assim seja cumprido os seus direitos diante do avanço nas obras físicas.

COMPOSIÇÃO SOCIAL, DEMANDAS E ARTICULAÇÕES DO MOVIMENTO DO(A)S ATINGIDO(A)S

O movimento dos atingidos e atingidas pela construção da Barragem Oiticica se engrandeceu em meio à construção do reservatório devido ao fato de que aquilo que se refere

²⁰ Entrevista realizada no dia 15/03/2015.

aos anseios dos afetados até então não estava sendo respeitado, o que contribuiu para a ação em relação às reivindicações dos residentes da área a ser implantado o empreendimento.

Segundo Quevedo e Iokoi (2007), os movimentos sociais se destacam por representar demandas de um “grupo de indivíduo que decidem trabalhar unidos para ter mais força em prol de objetivos comuns” (pág. 274). Diante dessa perspectiva pode-se analisar que o movimento dos atingidos e atingidas pela construção da barragem oiticica é relevante na medida em que apresenta para sociedade a partir de paralisações na obra, a importância que deve ser atribuída aos mesmos, sobretudo no que se refere aos seus direitos. Para uma melhor compreensão em relação ao estudo dos movimentos sociais alguns pontos devem ser levados em consideração, utilizando como suporte teórico Maria da Glória Gohn, que apresenta análises sobre os procedimentos a seguir:

O estudo dos movimentos sociais deve considerar dois ângulos básicos: o interno e o externo. Eles são conectados e um é a face do outro. As duas faces compõem uma visão de totalidade dos diversos grupos; internamente, eles constroem repertórios de demandas segundo certos valores, crenças, ideologias etc. e organizam as estratégias de ação que os projetam para o exterior. Assim, os elementos internos básicos de um movimento social a ser pesquisados, enquanto parte de suas categorias de análise, são: suas demandas e reivindicações e os repertórios de ações coletivas que geram sua composição social, suas articulações. Nas articulações deve-se considerar os níveis interno e externo. No interno deve-se pesquisar sua ideologia, seu projeto, sua organização, suas práticas. Externamente deve-se considerar o contexto do cenário sociopolítico e cultural em que se insere, os opositores (quando existirem), as articulações e redes externas construídas pelas lideranças e militantes em geral- enquanto interlocutores do movimento- e as relações do movimento como um todo no conjunto de outros movimentos e lutas sociais; suas relações com os órgãos estatais e demais agências da sociedade política; articulações com a igreja e outras formas de religião e com outras instituições e atores da sociedade civil, como o pequeno e médio empresários e suas organizações; suas relações com a mídia em geral. O conjunto das articulações nos dá o princípio articulatório que estrutura o movimento como um todo. Devem ser pesquisados ainda as representações que eles têm de si próprios e do outro; suas conquistas e derrotas; e a cultura política que constroem ao longo de suas trajetórias (apud: QUEVEDO; IOKOI. 2007, p.274)

Baseado em tais análises, o movimento dos atingidos e atingidas pela Barragem Oiticica apresenta internamente demandas que são próprias do movimento com reivindicações e respeito em relação às indenizações prévias e justas e para isso organizam articulações e ações coletivas de maneira a soar externamente como uma forma de evidenciar o movimento.

Com uma composição social diversa, o movimento dos atingidos e atingidas se destaca pelas ações dos residentes na área a ser alagada, como já mencionado nesse trabalho, são aproximadamente 3.900 pessoas afetadas, ressaltando que a pesquisa está voltada, especificamente para a análise dos moradores do Município de Jucurutu. O movimento destaca como os articuladores 225 famílias da Comunidade Barra de Santana, dentre eles, 50 famílias que atualmente moram de aluguel e desejam ser atendida com implantação de um projeto habitacional, onde irá garantir uma casa própria na nova comunidade; funcionários públicos, comerciante varejista, professores, dona de casa, aposentados, entre outros profissionais que

solicitam avanço na obra social, com a construção da nova comunidade, construção do novo cemitério e o traslado dos corpos; e proprietários rurais que lutam pela indenização prévia de seu terreno, como também reassentamento rural para os sem-terra, com a construção de agrovilas. São demandas como essas que se destacam como lema na luta dos atingidos e atingidas pela Barragem Oiticica.

Com isso apresentam articulações voltadas a fazer valer seus desígnios, em ação coletivamente de todos os atingidos. Ocupam o canteiro de obra e paralisam a construção da barragem, no intuito de agilizar os impasses relacionados aos fatores sociais. Internamente o movimento organiza reivindicações a ser apresentada aos órgãos públicos, pois durante a paralização da obra era primordial a presença do gestor Estadual, até mesmo para a definição na suspensão da ocupação do canteiro de obra. O movimento dos atingidos e atingidas pela Barragem Oiticica recebeu o apoio de instituições e organizações da sociedade, entre os quais destacamos: os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais dos Municípios de Jucurutu, São Fernando e Jardim de Piranhas, SEAPAC- Serviços de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários através do Agrônomo José Procópio de Lucena, a CODEPEME- Coordenadoria de Defesa dos Direitos dos Moradores da Barragem Oiticica, através do professor Joaquim Gaspar Filho.

O movimento também conta com o apoio da Igreja Católica, que desde o início da obra defende respeito e dignidade para com os atingidos. Como podemos analisar nas falas dos representantes quando visitaram as obras da Barragem em Setembro de 2013²¹, ocasião em que acontecia uma celebração na Igreja da comunidade Barra de Santana, onde Dom Jaime (Arcebispo de Natal), destacou que sua visita era de apoio aos atingidos por justiça, respeito aos direitos dos que residem na área, pelo diálogo do poder público e dos representantes da empresa responsáveis pela construção da obra com as famílias do lugar. O arcebispo acrescentou ainda que “não estamos contra a barragem, mas pedimos o cumprimento da lei, o estabelecimento de diálogo com as famílias da comunidade e justiça nas indenizações.” (Jornal SEAPAC, 2013).

O Padre Ivanoff Pereira (Administrador Diocesano de Caicó), também destacou a importância da defesa dos direitos das famílias, explicitando que “somos favoráveis à construção da barragem, mas o povo organizado busca pelos direitos que tem e pela dignidade que todos merecem”. Na ocasião o Bispo de Mossoró Dom Mariano Manzana, também se solidarizou com os afetados, destacando que:

A barragem é importante, porque traz água e água é uma bênção. Mas há inquietações e apreensões por parte das famílias, com o que ainda falta ser feito, que são as indenizações. Há, portanto alegria pela água, mas dúvidas pelo o que ainda não foi explicado a respeito do projeto (Jornal SEAPAC, 2013).

A construção da Barragem Oiticica, despertou em todos os setores sociais apreensões e inquietações que não são somente pertencem ao movimento, tendo em vista o apoio e defesa na preservação dos direitos de todos mediante a construção do reservatório. Com isso a mobilização feita no intuito de paralisar as obras e reivindicar uma maior atenção no que se refere aos projetos sociais, apresenta grande relevância em relação ao debate com os órgãos e

²¹ Destaque no Jornal SEAPAC- Publicação especial- Setembro de 2013- Parceria com o jornal A Ordem.

grupos políticos. No decorrer das paralisações os moradores organizaram tendas para acolher a todos que apresentavam apoio ao movimento na famosa Barraca da Resistência²². Esse espaço se tornou palco para o debate acerca da obra. Era a grande arena pública onde se manifestavam representantes dos órgãos públicos, prefeitos dos municípios da região, vereadores, deputados, sindicalistas, representantes de movimentos sociais e pesquisadores.

Tendo em vista a importância de se apresentar os dilemas presentes na construção da Barragem Oiticica, o movimento dos atingidos e atingidas pela barragem intensificou sua luta realizando eficientes paralisações das obras para com isso fazer valer seus direitos. Era no momento da paralisação do canteiro de obras que a população atingida reavaliava os ganhos, as promessas não cumpridas, reorganizava a pauta de reivindicação para apresentá-la aos gestores públicos, definindo prioridades e defendendo respeito aos atingidos e atingidas.

LUTA E RESISTÊNCIA DO(A)S ATINGIDO(A)S

Este é o cenário da luta
De quem vence as agonias
A resistência de um povo
Que cobra todos os dias
Respeito e dignidade
E mais outras melhorias²³

O canteiro de obras da Barragem oiticica tem início no ano de 2013 e foi se intensificando no ano seguinte, enquanto que as demandas sociais das pessoas atingidas eram completamente ignoradas. Nesse percurso, desencadeou-se intensos debates que punham em pauta as preocupações relacionadas às indenizações, a construção do novo Distrito de Barra de Santana, bem como o novo cemitério e o traslado dos restos mortais das pessoas ali enterradas. O paralelo que servia de referencial para o debate era o seguinte: enquanto as obras físicas galopam, as obras sociais, sequer, saíram do papel e muitas, sequer se encontram nos documentos oficiais. Foi com base nesse entendimento que centenas de homens e mulheres se articularam para a construção do movimento dos atingidos e atingidas pela barragem de Oiticica e protagonizaram diversas atividades políticas para apresentar e reivindicar seus direitos.

O Estado inicialmente não apresenta projetos ou ações sociais que objetivem atender as comunidades afetadas com a construção da Barragem Oiticica, sendo motivo de preocupação para todos residentes na área projetada para a bacia hidráulica. Preocupações como essas, aos poucos se expandem no entorno da Região do Seridó e se disseminam nos meios de comunicação em geral, incluindo aqui as redes sociais, sendo que no dia 30 de agosto de 2013 no programa Rural Debate produzido pela Rádio Rural AM do município de Caicó, são apresentadas discussões de maneira a apresentar a obra, identificando suas problemáticas e questionamentos. Na ocasião foram debatidas questões relacionados à ausência de projetos sociais direcionados para atender aos direitos dos atingidos e atingidas. José Procópio de Lucena representante do SEAPAC (Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários) destaca ao referenciar às preocupações dos moradores atingidos pela obra, que:

²² Nome dado ao local onde os atingidos e atingidas permaneceram durante 70 dias e que todos os dias contava com um grande contingente de pessoas que resistiam para a garantia de seus direitos.

²³ Poesia de autoria de Augusto Diniz. Jucurutu, julho de 2014.

Nós não conhecemos nada do projeto, nós tamo com medo de ser afogados, de sair daqui a pontapé, de perder nossos bens, perder nossa vida, nossa história, ninguém sabe de nada, ninguém veio aqui conversar com a gente, mais a obra já começou, como é que a obra começou as máquinas tão lá fazendo terra plenagem, montando os canteiros, tem dinheiro pra isso e não tem dinheiro pra nossas desapropriações, pra onde é que vamos, qual vai ser o tamanho de nossas casas, onde é que vão botar nossos animais, se a terra que nós vamos vai garantir produção, que nós vivemos de produção, produção de feijão, de criação dos animais, produção de alimentos, pra onde é que nós vamos, ninguém chegou pra conversar com a gente, mais a máquina já chegaram, já começaram, alguns inclusive não acreditam na obra, já fomos em reuniões que dizem essa é mais uma conversa em ano pré-eleitoral, é mais uma mentira, é mais uma conversa fiada, alguns disseram que não acreditam, outros dizem eu não quero ser desapropriado, eu quero continuar na terra, outros dizem eu quero ser desapropriado com justiça, mas continuar na terra, vivendo lá porque lá é minha história, é o que eu sei fazer, né? O que é o projeto social do governo, ninguém sabe é capacitação, é geração de emprego, é mudar de atividade, se é, o que fazer? Como fazer isso? Outros dizem e minha dívida do banco? Eu estou devendo tenho que pagar daqui a vinte anos, se pagar minha indenização já não tenho que pagar a minha dívida, vou perder tudo que tenho e ficar devendo no banco como é que faz? Então tem um conjunto de questões levantadas, né? (Programa Rural Debate- Rádio Rural Am- Caicó- 30 de agosto de 2013)

São questionamentos como esses mencionados pelo senhor Procópio de Lucena que ao explicitar as preocupações dos atingidos pela barragem, no momento em que o avanço na obra física representa por um lado, a importância dada ao empreendimento e, por outro lado, o descaso com as questões sociais mais prementes, não havendo por parte do governo do Estado sequer um esboço de preocupação em respondê-las. Foram o descaso e a ausência de propostas sociais que moveram os atingidos e atingidas para a luta e resistência, pois entendiam que essas ações eram os caminhos mais seguros para fazer valer seus direitos.

Desse modo, como tática de luta e resistência, os atingidos e atingidas pela barragem Oiticica promoveram a primeira paralisação da obra em 06 de janeiro de 2014. Partindo do entendimento que se esse empreendimento valoriza exclusivamente a parte física sem as devidas atenções voltadas as demandas sociais, a ação política que poderia externar de forma clara e enfática o descontentamento da população atingida era justamente estancar o seu célere progresso.

Para o êxito da ação os atingidos e atingidas montaram acampamento no canteiro de obras, diante do galpão das máquinas da empresa EIT Encalso, responsável pela construção. Após dois dias de paralisação, a governadora do Estado do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini, pressionada pelo movimento que exigia sua presença, comparece ao canteiro de obras para negociar a pauta apresentada pelas comunidades. Entre as reivindicações estavam a agilidade em relação ao pagamento das indenizações, garantia dos direitos dos moradores da comunidade Barra de Santana e deslocamento da nova comunidade para o local escolhido pela maioria, denominado Alto do Paiol.

Na ocasião a Governadora se reuniu com os moradores atingidos pela barragem em um prédio próximo ao canteiro de obra da barragem. Garantiu que “os recursos para pagar as indenizações das famílias estão, sim, assegurados no orçamento do Estado para 2014 e nós

vamos respeitar o desejo da maioria de se mudar para a nova região escolhida, o Alto do Paiol”²⁴. Como fruto das negociações foi negociado e apresentado um cronograma de atividades a ser desenvolvidas com a finalidade de atender às reivindicações dos moradores, a obra foi retomada e o protesto suspenso. Dentre as propostas apresentadas pela governadora do Estado do RN estava como consta na referida matéria:

A publicação no Diário Oficial, nos próximos dias, de uma comissão formada por representantes do Governo, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Líderes Comunitários, Igreja Católica e um engenheiro indicado pela prefeitura de Jucurutu para apresentar, até o final de janeiro, um estudo completo da área conhecida como Alto do Paiol, para onde os moradores de Barra de Santana vão ser transferidos; elaboração do projeto urbano da nova comunidade nos meses de fevereiro, março e abril; e o compromisso de entregar as novas casas em abril de 2015, seis meses antes do término da obra da Barragem Oiticica. (Idem).

Durante a primeira paralisação a presença da imprensa local e regional foi significativa para o movimento, dada a possibilidade de tornar pública a situação enfrentada pelos atingidos e atingidas. No Barracão da Resistência, como foi batizado o espaço de luta construído pelos atingidos, encontravam-se pessoas de todas as faixas etárias, tornando expressivo o envolvimento e a intensa participação das famílias. Confiantes no compromisso assumido pela governante que garantia maior atenção para a problemática social, o movimento fez a desocupação da área e as obras foram retomadas.

Como havia sido construído um cronograma de atividades o movimento ficou atento ao seu cumprimento. Entretanto, nada foi cumprido e novamente acirraram-se os ânimos e cresceu vertiginosamente a apreensão em relação ao avanço na obra física e o lento arrastar das indenizações ao lado da completa estagnação de outras ações sociais. Não havendo mais qualquer confiança nos compromissos assumidos pela governadora Rosalba Ciarlini em janeiro de 2014, os atingidos já os adjetivava de promessas e percebendo que o governo se eximia de suas responsabilidades o movimento desencadeia a segunda paralisação na obra da Barragem, dessa vez com uma duração maior, iniciando no dia 12 de maio de 2014 e se estendendo por 70 dias.

A longa paralisação exigiu esforços de grandes proporções e um elevado nível de mobilização. No decorrer desses dias foi instalada ao lado do canteiro de obras tendas para acomodar as pessoas que apoiavam a mobilização. Entre as atividades políticas de maior peso situamos as assembleias onde eram debatidos os problemas e apresentadas propostas e procedimentos a serem tomados. Nesta segunda parada, o movimento mantinha o entendimento de que a negociação deveria ocorrer diretamente com a governadora e entre as reivindicações mais postuladas encontramos a garantia das indenizações e o imediato início da terraplenagem do Alto do Paiol para a construção da nova comunidade de Barra de Santana.

A Barraca da Resistência caracterizada pelos moradores como local símbolo do movimento foi instalada ao lado do canteiro de obras da Barragem, de maneira a garantir que as máquinas não saíam do galpão, portanto, não haveria como dar andamento à obra. Além de obstáculo à saída de máquinas para o canteiro de obras, a Barraca da Resistência

²⁴ Após acordo área de barragem no RN é desocupada e obra é retomada- Disponível em: g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2014/01. Acesso em: 10 de janeiro de 2014

assumiu importância política e social para os atingidos e atingidas, pois era o lugar privilegiado para o desencadear dos debates, realização das assembleias e recepção de apoiadores, fossem particulares, movimentos sociais, sindicalistas, estudantes ou gestores municipais e organismos diversos.

Ao longo destes 70 dias, o cotidiano dos moradores/as atingidos/as mudou substancialmente, pois logo nas primeiras horas da manhã chegavam à Barraca, retornando as suas residências quando a noite se avizinhava. As mobilizações feitas na barraca da resistência visavam apresentar aos visitantes e apoiadores e a todos os setores da sociedade a justiça e legitimidade da luta e resistência por parte dos atingidos e atingidas para a preservação de seus direitos, como também dar credibilidade ao movimento. Como podemos identificar na fala de José Procópio de Lucena representante do SEAPAC, por ocasião de uma assembleia na barraca da resistência:

Aqui todo dia tá mantendo em torno de 100, 150 pessoas permanentemente aqui, e é uma mobilização sem violência é uma mobilização ordeira ela tem um objetivo claro central que é a luta por direito e por justiça e na luta por direito nós estamos dizendo que daqui só sairemos, ontem foi concluído, aqui não tem ninguém maior do que ninguém é todo mundo igual, um confia no outro de mão dada, então nós acordamos ontem que só vamo sair daqui com cem por cento das indenizações pagas é assim ou não é? Essa é a primeira coisa, a segunda coisa é que nós queremos uma Barra de Santana, a nova Barra de Santana aqui que será aqui atrás no padrão Fifa com todos os direitos e as condições decentes pra morar as pessoas decentes de Barra de Santana, casa pra quem não tem, casa pra quem tem na Barra, terra pra quem não tem, isso tudo tá acordado, como o Governo do Estado tá pagando 10 milhões por mês naquele Estádio de futebol durante 20 anos 10 milhões por ano, como o estado tá pagando 25 milhões com propaganda, traga pra cá, se tá pagando 30 milhões pra comprar cadeiras provisória pra copa traga esse dinheiro pra cá, tudo padrão Fifa o que não é Padrão Fifa é isso aqui, como é que nós vamo aguentar? (Gravação Feita no dia 16-05-2014 na Barraca da Resistência-Barragem Oiticica com quatro dias de paralisação).

Podemos analisar que as paralisações eram entendidas como estratégia necessária para negociar as reivindicações dos moradores: pagamento das indenizações, construção da nova Comunidade, traslado dos corpos e construção do novo cemitério que desde 2013 se encontrava interditado. Durante o debate político eram feitas reflexões em torno da ausência de política públicas para atendimento das necessidades da população enquanto somas vultosas eram destinadas a construção de obras faraônicas e desnecessárias – a exemplo da Arena das Dunas para a copa do mundo 2014 – considerando as condições de precariedade em que viviam milhares de famílias norte-rio-grandenses.

A mobilização na Barraca da Resistência aos poucos se expandia, trazendo pessoas de todos os setores sociais preocupadas com o desenrolar das negociações. Muitos que chegavam à barraca deixavam sua fala e incentivo de maneira a intensificar e apoiar a luta dos moradores. Durante as movimentações, os moradores apresentavam suas preocupações para com o avanço na obra e a lentidão em relação ao pagamento das indenizações, como podemos analisar na fala do Senhor Luís Carneiro, 85 anos: “A minha terra lá é 220 braças de terra, com meia légua toda cercada de arame, de pedra e de vara, tenho minha aguação, tem 10 filho que mora na minha

terra e cria, ai eu posso sair daí sem indenizar?”²⁵. Essas apreensões são frequentes entre os moradores, agricultores e demais atingidos pela obra, como encontramos enfatizada no depoimento do senhor Luís Carneiro:

Eu acho errado é isso, é eles querer fazer essa barragem, não indenizar, e matar o povo, né? Não tá errado, não é pra indenizar, tirar essas casa, aí pode fazer a obra eles, pode fazer, nós não se importa não, mas tem que ter nossas terra pra se retirar, mas não fazer a barragem afogando nós, como é que vai ser isso? Eu tou errado ou não? Agora o que digo é isso indenize, nós se retira até amanhã. (Idem).

O senhor Luís Carneiro reside na área central da barragem e como podemos analisar, ele expressa indignação com a forma desrespeitosa e injusta como estão sendo tratadas as pessoas residentes na área da obra e acrescenta:

Eles fazendo vai dar prejuízo a nós, essa barragem vai dar prejuízo a nós, porque nós tamo tudo morando no nossos cantos, não tamo precisando d'água, não tamo precisando d'água, na época do inverno temo o rio, nós não tamo precisando d'água, agora eles dizem que é esse povo que vem lá de fora, pra nós se retirar, bom, ai esse povo lá de fora não quer se retirar, né? Ai quem tá morando no que é seu, aí mata né? Se retirar, é muito errado um negócio desse, eu sei, nós tamo no que é nosso. (Gravação Barraca da resistência- dia 27-05-2014).

Percebe-se na fala do Senhor Luís que a insegurança em relação à obra representa para o mesmo uma percepção contrária ao discurso da necessidade do empreendimento para a região. Se atentarmos para a sua fala veremos indicados outros beneficiários pela construção da barragem, qual seja “esse povo que vem lá de fora”. Ao fim e ao cabo, as falas dos/as atingidos enfatizam que enquanto eles ficam com o ônus da obra, o bônus vai para outros sujeitos, os de *fora*.

A partir das reivindicações feitas pelos atingidos e atingidas, como também a divulgação da paralisação da obra pela segunda vez nos meios de comunicação regional, a Governadora compareceu ao canteiro de obras no dia 16 de maio de 2014 e no encontro na Barraca da Resistência com diversas famílias atingidas ela afirma que: “Vim até aqui para esclarecer à todos sobre o processo para o pagamento das indenizações. O recurso foi garantido pelo Ministro da Integração essa semana”²⁶. Insatisfeito com o discurso do governo o movimento de luta e resistência dos moradores se intensifica e ganha maior adesão, sendo que no dia seguinte – 17 de Maio de 2014 – o movimento organiza uma romaria, saindo da comunidade Barra de Santana, passando pelo cemitério local, seguindo para o eixo da Barragem, canteiro de obras e terminado no Alto do Paiol, local da construção da nova Comunidade.

O ato contou com a presença do arcebispo de Natal, dom Jaime Vieira Rocha, do bispo de Mossoró, dom Mariano Manzana, do administrador diocesano de Caicó, padre Ivanoff da Costa Pereira e do pároco de Jucurutu, padre Erivan Primo. Também estavam presentes os

²⁵ Gravação realizada na Barraca da Resistência no dia 27/05/2014.

²⁶ Governadora vai a Oiticica explicar cronograma de desapropriação. Destaque em: www.robsonpires.com. Acesso em maio de 2014.

representantes de movimentos sociais, entre os quais o MST, a CUT, a FETRAF, a FETARN e os sindicatos de trabalhadores rurais.

O intuito da romaria era fortalecer e garantir apoio a luta dos moradores, divulgar a história de todos e todas que residiam no entorno da Barragem e denunciar as injustiças promovidas pela construção. A cada parada destacava uma forma de representatividade. Iniciando às 5:00 horas da manhã, a romaria saiu da Comunidade Barra de Santana, onde foi feita uma apresentação da história da Comunidade; a segunda parada da romaria aconteceu em frente ao cemitério, representando a memória dos entes queridos ali enterrados; a terceira parada foi no eixo da Barragem, destacando a riqueza referente à importância da água, onde o Pároco da Cidade de Jucurutu, aspergiu água benta em todos que participavam da caminhada; a quarta parada foi no canteiro de obras que representava a luta e resistência dos moradores, chegando por fim ao Alto do Paiol, representando a terra prometida, tendo em vista, ser o novo local de construção da nova Comunidade.

Durante a romaria o apoio da Igreja Católica foi significativo tendo o Padre Ivanoff, apresentado a importância da luta de todos, dizendo que:

Essa luta é nossa, é da Igreja, viemos aqui hoje reafirmar a nossa solidariedade, nosso apoio, dizer a vocês que vocês não estão sozinhos, tá a igreja do Rio Grande do Norte, representada por seus pastores, com Dom Jaime, com Dom Mariano, com Dom Antônio quando chegar vem assumir esse compromisso com vocês, porque ele também vai entrar nessa luta, para também chegar perto aqueles a quem tem a responsabilidade de fazer a obra prosseguir, de forma que a justiça social seja feita, nós não podemos admitir que o povo saiam de suas casas, desde a semana que esta aqui e depois voltem com as mãos abanado, vocês tem todo direito de resistir, de ficar aqui, até que as indenizações sejam feitas, para que vocês tenham a certeza do lugar onde vão morar e do direito que tem de receber pela terra que a água vai cobrir. (gravação feita na barraca da resistência dia 17 Maio de 2014).

O propósito da romaria era representar a força, fé e persistência de todos os moradores do entorno da Barragem Oiticica, de maneira que o ato representasse o grito de injustiça sofrido por todos diante do empreendimento. Com o passar dos dias o movimento dos atingidos e atingidas pela barragem consolida os pontos a serem analisados para o procedimento tanto da paralisação em si, como também dependendo do que fosse aceito pelos representantes Estaduais, o andamento na obra. Em assembleia feita na barraca da resistência, foi apresentado um cronograma que destacava pontos essenciais levados à Governadora, em carta feita pelo movimento dos atingidos e atingidas em relação aos projetos sociais, e que no momento estava sendo discutido, como destaca José Procópio de Lucena:

O plano de trabalho que tratava das desapropriações, dos agricultores, dos produtores dizendo quantos tem que dia começa que dia termina e quanto custa, a segunda solicitação é sobre a nova Barra de Santana, construção da nova Barra de Santana, quando começa o desmatamento, que dia termina, quando termina a terraplenagem, quando começa as casas e quando termina com cronograma e com valores, com datas, com prazos, com quantidades e com valores, a terceira questão colocada foi a situação dos moradores de Barra de Santana, os que não têm casa, chamados os sem tetos, os inquilinos, mora alugado, mora de favor, no documento reivindicava que essa população

tivesse direito as casas, porque já foi o compromisso com o governo do estado quando esteve aqui, o quarto ponto foi terra pra os que não tem terra, os produtores e agricultores vão ser desapropriados, vão ser indenizados ou vão ficar na área, né, ou vão ser indenizados e pagos, os que não tem terra e moram com familiar, são agricultores que tem uma profissão linda que deve ser valorizada respeitada, ser agricultor é uma profissão belíssima que esse país deve valorizar, querem saber se vão indenizar, eles também tem o direito de ter uma terra pra viver, morar, produzir, ter sua renda e ter sua família e o quinto ponto é o eixo da parede, que o eixo da parede não fosse fechado enquanto as desapropriações tivessem pronta, pagas, casas prontas, realocamento pronto todo mundo fora de risco de morrer afogado ai que o eixo da barragem será fechado e no sexto ponto é manter o compromisso afirmado entre as parte, sobre esses pontos pra que a gente acompanhe. (Gravação feita na barraca da resistência em 25 de julho de 2014).

Em resposta ao movimento, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, apresentou um termo de compromisso a ser assumido com todos do movimento, que destacava:

1 - As negociações e pagamentos das indenizações dos 772 cadastros de agricultores até 20 de dezembro de 2014 com recursos previstos e garantidos no valor de R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões). Na proposta original a previsão era apenas de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), ou seja, as indenizações não seriam 100% pagas;

2 - A nova Barra de Santana com 225 famílias iniciará o processo de desmatamento, terraplenagem, projetos, licenças, licitação e início da obra em novembro de 2014 e a conclusão em julho de 2015. Os recursos previstos e garantidos são na ordem de R\$ 26.220.000,00 (Vinte e seis milhões duzentos e vinte mil reais). Na proposta original a previsão era apenas de R\$11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais), ou seja, a nova Barra de Santana não seria concluída;

3 - Reassentamento rural para os sem-terra com a implantação de 03 agrovilas nos municípios de Jucurutu, São Fernando e Jardim de Piranhas para assentar 176 famílias com início do projeto em janeiro de 2015 e recursos previstos e garantidos na ordem de R\$ 7.216.000,00 (sete milhões duzentos e dezesseis mil reais). No projeto original não existia previsão desta ação de justiça social;

4 - Implantação de um programa habitacional para 50 famílias moradores da atual Barra de Santana que não possuem casa própria. O início das obras com previsão para janeiro de 2015- No termo de compromisso ficou acordado que o fechamento do maciço central da Barragem de Oiticica no trecho da calha principal do rio, só ocorrerá quando todas as ações de indenizações e reassentamentos estiverem finalizadas. (Panfleto Informativo- Movimento dos Atingidos e Atingidas pela construção da Barragem Oiticica suspende ocupação do canteiro de obra).

Diante das propostas apresentadas, o movimento dos atingidos e atingidas decide em plenária realizada na barraca da resistência no dia 25 de julho de 2014, deliberar pela suspensão imediata da ocupação do canteiro de obras, que já durava 70 dias. A barraca da resistência foi desmontada. Contudo, o movimento enfatizou que a luta não parara, seu fim se daria somente com a construção da obra por completo.

Ao perscrutar a visão dos moradores da Comunidade Barra de Santana e agricultores em geral acerca das lutas por eles empreendidas observamos que eles avaliam positivamente o movimento. Como afirma Janúncio Bezerra, morador de Barra de Santana, “Antes, eles só pensavam em fazer a barragem. Parecia até que a gente não existia. Então, a gente se reuniu, deu o nosso grito de guerra e dissemos: aqui, não; aqui, vale é a palavra do povo”²⁷, outros destacam que o movimento serviu também para conquistar o que não estava no projeto, como destaca Maria Aparecida, moradora da comunidade,

Antes, a gente não sabia nem onde ia morar. Agora, a gente conquistou o Alto dos Paióis, quem mora de aluguel vai conquistar uma casa, e eu, que moro de aluguel, vou lutar por minha casa. Tem ainda a questão do cemitério. Hoje, não temos mais onde enterrar os nossos falecidos; temos que levar pra Jucurutu ou outra cidade. Mas, segundo disseram, vão fazer o projeto do novo cemitério (Idem).

O comerciante varejista Marlon Queiroz, da comunidade Barra de Santana, também destaca o movimento como positivo em relação a garantia dos direitos dos afetados com a obra:

O pagamento das indenizações, com dinheiro assegurado, coisa que não tinha, antes; e agora temos prazos para o início das obras da nova Barra de Santana, com cinco padrões de casas, que vão de 50 metros a mais de 125 metros de área construída; tivemos a conquista das agrovilas. Se não tivesse havido esse protesto, nada disso estaria acontecendo (blog: marcosdantas.com).

Contudo vale ressaltar que o movimento dos atingidos e atingidas pela Barragem Oiticica, conquistaram a garantia de seus direitos mediante negociações feitas entre representantes dos moradores e dos Governos Estadual e Federal, entretanto mesmo após acordos feitos e assinados, os agricultores e demais afetados pela obra, permanecem desconfiados em relação a efetivação dos compromissos assumidos pelo Governo.

Ante a necessidade de estabelecer um ponto final a esta pesquisa monográfica assinalo que a obra encontra-se em fase de construção e as demandas das comunidades atingidas estão aguardando atendimento. De acordo com o “Boletim Informativo” n.º4²⁸, “a obra encontra-se com defasagem no cronograma de execução em face da dificuldade de repasses financeiros liberados pelos Governos Federal e Estadual”. Em relação às desapropriações o referido documento destaca que:

Até o mês de agosto do corrente ano realizaram-se mais de 350 (trezentos e cinquenta) atendimentos. Deste universo, 240 (duzentos e quarenta) proprietários assinaram o Termo de Acordo, concluindo assim os respectivos processos de negociação (Idem).

Tendo em vista que a construção da Barragem Oiticica é fato consumado, as comunidades atingidas luta para que esse empreendimento não se traduza apenas em dívidas sociais para os que estão na região e que haja possibilidade de futuro digno para as famílias.

²⁷ Destaque: www.marcosdantas.com. Acesso dia 20 de junho de 2014.

²⁸ Panfleto Informativo: Barragem Oiticica - Jucurutu-RN. Boletim Informativo n.4, edição atualizada, setembro, 2015.

Analizamos que durante os períodos de maior efervescência política – no caso das paradas – o movimento angariava apoio de diferentes setores sociais, alcançava maior visibilidade e conquistava à fina força a negociação com o governo do Estado, arrancando compromissos que ao longo do processo, se concretizavam lentamente ou definhavam, forçando o movimento a articular novas lutas.

Para alguns observadores o prognóstico de um não cumprimento do acordo por parte do governo, levaria ao enfraquecimento do movimento. Contudo, as paradas subsequentes demonstraram exatamente o oposto das conjecturas apresentadas: a cada recusa do governante em honrar os compromissos assumidos, o movimento se fortalecia ainda mais e astutamente construía uma nova estratégia de luta. O exemplo mais cabal e que não foi discutido neste trabalho em face do necessário recorte temporal, pode ser visto com as mobilizações e terceira parada organizada em janeiro de 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve por objetivo destacar a luta e resistência dos atingidos e atingidas pela construção da Barragem de Oiticica no município de Jucurutu-RN. Devo esclarecer que a temática que abordo trata-se de uma história do tempo presente, desse modo, muitos capítulos dessa luta ainda estão por ocorrer, dada a complexidade da situação em que se encontram os atingidos e atingidas e considerando-se também que o processo transcorre com lentidão, notadamente no que concerne ao atendimento dos direitos e reivindicações da comunidade.

Assim é importante apresentar que essas lutas foram e continuam a ser travadas, de modo particular e com maior afinco por homens e mulheres que residem na área a ser alagada pela construção da referida obra. Vimos ainda que para a organização das lutas foram necessárias articulações internas e externas e a construção de parcerias com outros atores sociais, vinculados as mais diversas instituições.

Podemos analisar no decorrer da pesquisa que os moradores não se apresentavam publicamente contrários à obra. Entretanto, as fontes orais apontaram que muitos moradores adotam posição contrária à obra por razões várias. É o caráter inexorável do projeto que impôs aos moradores a adoção de um discurso de conveniência: “Barragem Sim, injustiça Não”. Dessa forma optaram por uma posição política que priorizasse a obra social, construindo um dique às injustiças levadas a cabo pelo Estado.

Com o desenvolvimento dessa pesquisa buscamos apresentar as inquietações das famílias residentes na área a ser afetada, bem como as formas de resistência ao projeto. Esse estudo pretende se inscrever como registro na história dos atingidos e atingidas pela Barragem de Oiticica. Com a “história na mão” seguem as comunidades atingidas. Com a esperança de que outros pesquisadores – do campo da história ou outras áreas – apresentem novas pesquisas sobre o tema, seguimos nós.

FONTES ORAIS E DOCUMENTOS

Após acordo área de barragem no RN é desocupada e obra é retomada. Disponível em: g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2014/01. Acesso em: 10 de janeiro de 2014.

BARRAGEM OITICICA. Jucurutu - RN. **Boletim Informativo n.1**, janeiro/2014;

BARRAGEM OITICICA. Jucurutu- RN. **Boletim Informativo n.4**, edição atualizada, setembro, 2015.

CARTA aberta dos movimentos Sociais e das famílias atingidas pela construção da Barragem Oiticica, no território do Seridó potiguar, à Presidenta Dilma Roussef: Pela defesa da obra física e humana da Barragem Oiticica do Território do Seridó Potiguar- Dia 08/06/2014.

ENTREVISTA: **Francisca Francinete de Araújo** - 48 anos, realizada dia 25- 04- 2015;

ENTREVISTA: **Luís Carneiro**, realizada no dia 27-05-2014 na Barraca da Resistência;

ENTREVISTA: **Maria Alexandrina da Silva** - 78 anos, realizada dia 15- 03- 2015;

GOVERNADORA vai a oiticica explicar cronograma de desapropriação. Destaque em: <www.robsonpires.com> Acesso: maio de 2014.

GOVERNO do RN assina termo para construção da Barragem de Oiticica. Disponível em: g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia.

GRAVAÇÃO: realizada na Igreja Nossa Senhora Santana na comunidade Barra de Santana, dia 04 de fevereiro de 2015;

GRAVAÇÃO: realizada no dia 16-05-2014 na Barraca da Resistência.

GRAVAÇÃO: realizada no dia 17 Maio de 2014 na Barraca da Resistência.

GRAVAÇÃO: realizada no dia 25 de Julho de 2014 na Barraca da resistência.

JORNAL A Ordem. Arquidiocese de Natal, a.42, n.19, Natal-RN, 18 de maio de 2014.

JORNAL SEAPAC. Publicação especial, setembro de 2013.

PANFLETO Informativo - Movimento dos Atingidos e Atingidas pela construção da Barragem Oiticica suspende ocupação do canteiro de obra: Julho de 2014

Programa Rural Debate - Rádio Rural AM - Caicó - 30 de Agosto de 2013;

RN - Estado do Rio Grande do Norte (Governo). SEMARH - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. KL ENGENHARIA. Projeto Barragem Oiticica. **Panfleto - A Barragem Oiticica intensifica o trabalho social.**

RN - Estado do Rio Grande do Norte (Governo). SEMARH - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. KL ENGENHARIA. Projeto Barragem Oiticica. **Panfleto destinado aos cidadãos de Jucurutu, São Fernando e Jardim de Piranhas.**

RN - Estado do Rio Grande do Norte (Governo). SEMARH - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. KL ENGENHARIA. Projeto Barragem Oiticica. **Panfleto**

destinado aos moradores de Barra de Santana e a área rural a ser inundada pela Barragem Oiticica.

ROSALBA foi a Jucurutu fiscalizar obra da Barragem Oiticica. Disponível em <www.robsonpires.com> Acesso em: 12/11/2013.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. Estado de sítio. In: AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 40- 41.

ARANHA, Terezinha de Queiroz (Org.). **Sesquicentenário da cidade do Assu. 1845 – 1995**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1995. Coleção Vale do Assu, 12, 270 p.

CANUTO, João Paulo de Oliveira. **As novas adequações socioeconômicas e as perspectivas das famílias residentes na área da construção da Barragem Oiticica em Jucurutu/RN, à luz da pluriatividade da agricultura**. Monografia (Ciências Econômicas). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus de Assú, RN. 2015. 53 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Inez. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas - o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 327 p. vol. I (História Social do Campesinato Brasileiro).

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). Ditadura contra as populações atingidas por Barragens aumenta a pobreza do povo Brasileiro: Dossiê.

QUEVEDO, Júlio; IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. (Orgs.). **Movimentos sociais na América Latina: desafios teóricos em tempos de globalização**. Santa Maria: MILA, CCSH, Universidade Federal de Santa Maria, 2007, 328 p.

ROCHA, Gabriela Silveira; SOARES, Venzina de Oliveira: **Resistência e participação dos movimentos sociais na construção de grandes barragens**. Universidade Federal de Sergipe. In: Encontro Baiano de Geógrafos - Os Movimentos Sociais e a Geografia. Disponível no site: www.uesb.br/eventos/ebg/anais/7e.pdf

SILVA, Danielle Rodrigues; ALENCAR, Francisco Amaro de. **Atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) frente ao processo de modernização do Estado do Ceará**. In: EGAL - Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2013. Lima - Peru. Disponível no site: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaespacial/02.pdf>>